



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2024

PROCESSO Nº 0008144-53.2023.6.02.8000

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR LOTE

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Data: 02 de julho de 2024

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF

Horário de Abertura: 14:30 horas

O **Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – TRE/AL**, torna público, para quem interessar possa, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a aquisição de Material de Expediente, Material de Proteção e Segurança, Material de Consumo de TIC, Material de Copa e Cozinha e Material de Acondicionamento e Embalagens para as Eleições de 2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Anexo I-A, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nesta Licitação, para o lote 1 (itens 1, 2, 3 e 4), 2 (itens 5, 6, 7 e 8), 3 (itens 9, 10 e 11), 4 (lote 12 e 13), 6 (item 17), 7 (item 18), 8 (item 19), 9 (item 20), 10 (item 21), 11 (item 22), 12 (item 23) e 13 (item 24) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2. Para o lote 5 (formado pelos itens 14, 15 e 16) a participação é ampla.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata a alínea “d” do item 2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do item 2.7 poderão participar



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nas alíneas “b” e “c” do item 2.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata a alínea “h” do item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. Como a licitação é exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 3.40 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.9.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.3.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total de cada item que compõe o lote ofertado;
- b) marca;
- c) fabricante;
- d) descrição de cada item que compõe o ofertado;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do Regime de Tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada, sendo que o sistema efetuará automaticamente o somatório do valor dos itens para escalonamento dos lotes.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10% (um décimo por cento).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, no caso o “aberto e fechado”.

5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.25. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 – DA FASE DE JULGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.4 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação De amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para habilitação neste pregão eletrônico, será exigida regularidade do cadastramento da licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I, II e III, conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018, devendo comprovar ainda, o descrito neste Capítulo.

7.1.1. A regularidade do cadastramento das licitantes perante o SICAF, nos níveis exigidos no item 7.1 deste Edital, será verificada mediante consulta *on-line* ao sistema.

7.1.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação dos documentos de habilitação, a respectiva documentação atualizada nos termos do inciso II do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.3. O descumprimento do item 7.1.2 deste Edital implicará a inabilitação da licitante, exceto se o pregoeiro lograr êxito em obter a(s) certidão(ões) válida(s) por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões ou de diligência, conforme art. 39, §§ 4º e 6º, da IN SEGES nº 73/2022.

7.2. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão atender às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quanto ao item 24, no caso de oferta de canetas esferográficas de marca diferente das já aprovadas pelo TRE/AL, fica esclarecido que a empresa licitante deverá encaminhar, no ato do pregão, **por meio de anexo solicitado pelo pregoeiro**, Laudo/Relatório de Análise Técnica expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), que comprove a boa qualidade e o bom desempenho das canetas esferográficas quando empregados no fim a que se destinam, de acordo com o previsto no Termo de Referência.

8. DOS RECURSOS.

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contratacoes/licitacoes/pregoes> .

9 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

b.4) deixar de apresentar amostra;

b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c.1) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

f.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

f.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

f.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial

9.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 9.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.4.3. No caso de atraso na entrega dos materiais, a multa será de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da Nota de Empenho, tanto para o caso de atraso no cumprimento do objeto quanto na correção de irregularidade.

9.4.4. No caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, a multa será de 10% sobre o valor da Nota de Empenho.

9.4.5. No caso de inexecução total, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor integral do contrato ou sobre o valor remanescente, respectivamente.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 9.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “c” do item 9.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail spae@tre-al.jus.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 – DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

11.1. A Licitante vencedora deverá entregar os dispositivos em até 30(trinta) dias corridos contados do recebimento da Nota de Empenho.

11.2. O material será analisado em até 3 (três) dias úteis após a entrega dos itens e da nota fiscal. Constatada a adequação às exigências deste Tribunal, o material será recebido definitivamente.

11.3. A contratada deverá substituir, às suas expensas, as divergências eventualmente encontradas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

11.4. Os dispositivos deverão ser entregues no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral do Alagoas: LOCAL DE ENTREGA: Almoxarifado do TRE/AL, situado no ANEXO DE APOIO OPERACIONAL DO TRE/AL, à Rua Coronel Pedro Lima nº 230, Bairro: Jaraguá, CEP: 57022-220, Maceió/AL Ponto de Referência: Próximo à praça dois leões. Horário de atendimento: De segunda à quinta-feira, das 8h às 17h e, às sextas-feiras, das 8h às 15h.

12 – DA CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante Nota de Empenho, na qual constarão todas as especificações do objeto, valor, prazos de entrega em conformidade com este edital.

12.2. Antes da Emissão da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13- DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

13.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável da Seção de Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e ANEXOS e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 3 (três) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.

13.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

13.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

13.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

14 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. São obrigações do Contratante:

- a) Proporcionar à contratada as condições indispensáveis à execução do objeto da contratação;
- b) Executar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São obrigações da contratada:

- a) Fornecer o material contratado no Seção de almoxarifado do TRE-AL, no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- b) Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);
- e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);
- f) Executar o objeto da contratação, em conformidade com o presente edital e com as normas e especificações técnicas.
- g) Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pelo TRE-AL;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação a ser firmada.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contratacoes/licitacoes> .
- 16.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I** - Termo de Referência;
 - ANEXO I-A** – Especificações dos Itens e Lotes e Valores Estimados;
 - ANEXO I-A** – Especificação dos Itens e Valor estimado;
 - ANEXO II** – Estudo Técnico Preliminar;
 - ANEXO III** – Sugestão de Planilha preenchimento dos dados do Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Maceió, 12 de junho de 2024.

Ingrid Pereira de Lima Araújo
Chefe da Seção de Licitações e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (LEI Nº 14.133/2021)

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente, Material de Proteção e Segurança, Material de Consumo de TIC, Material de Copa e Cozinha e Material de Acondicionamento e Embalagens, conforme ANEXO I-A ([1461244](#)), parte indispensável nas atividades do processo eleitoral, no processo de organização das seções eleitorais e locais de votação, não só necessário para o bom desempenho nas atividades de votação eletrônica, como também garantindo o exercício da democracia e o interesse público.

Prazo de entrega: 30 dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

Local de entrega: sede do almoxarifado do órgão, à Rua Coronel Pedro Lima, 230. Bairro Jaraguá, CEP: 57022-220 , Maceió/AL.

Horário de entrega: impreterivelmente no horário das 08h às 17h, das segundas às quintas-feiras e das 08h às 15h às sextas-feiras.

O material será analisado em até 3 (três) dias úteis após a entrega dos itens e da nota fiscal. Constatada a adequação às exigências deste Tribunal, o material será recebido definitivamente.

A contratada deverá substituir, às suas expensas, as divergências eventualmente encontradas, no prazo máximo de 10 dias corridos.

O material/produto deverá obrigatoriamente estar acondicionado em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.

As embalagens deverão conter todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.

Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:

- especificações do material, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.
- registro no órgão competente, devidamente atualizado.
- registro no Ministério da Saúde.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

– número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

As embalagens dos materiais/produtos deverão estar de acordo com a legislação vigente.

A contratada deverá indicar endereço eletrônico (*email*) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pelo TRE/AL. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas sempre por escrito, por e-mail ou *whatsapp* funcional das unidades envolvidas a serem disponibilizados quando da ocorrência da contratação.

Serão considerados válidos todos os expedientes enviados por email ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, inclusive as Notas de Empenho. Decorridos 2 (dois) dias úteis após o envio de notificações por e-mail, inclusive a Nota de Empenho, sem que seja acusado o recebimento pela contratada, a notificação será dada como efetivamente recebida pela mesma.

A contratada será obrigada a corrigir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem faltas ou incorreções resultantes de sua execução.

No valor proposto estarão inclusos todos os encargos, tributos, incidentes na contratação além de eventuais despesas de frete.

Quando do pagamento da nota fiscal, deverão ser observadas as prescrições da IN nº 03/2022/TRE/AL.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição tem por fundamento:

Estudos Técnicos Preliminares - ETP ([1461241](#))

ANEXO ÚNICO TR ([1461244](#))

Portaria Presidência nº 418/2023 TRE-AL/PRE/DG/SAD/GSAD

Mapa de Riscos ([1491522](#))

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base no levantamento de mercado, a proposta de licitação para a aquisição do item, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço, por item, por aquisição imediata, se mostra a melhor solução a ser adotada. Verificamos existir no mercado uma grande comercialização do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

item. Apenas com uma única consulta no google podemos constatar uma gama de ofertas que atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a possibilitar alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação dentro dos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e adequação à contratação requerida.

Especificações técnicas são as seguintes:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	fitas adesivas largas para empacotamento em papel crepado, medindo 50 mm X 50 m, com adesivo à base de resina e borracha. Marca, procedência e validade impressas no corpo ou embalagem do produto. Marca impressa do fabricante. Validade mínima de 17 meses a partir da data de entrega.	unidade	3.500
2	RÉGUA em poliestireno 20cm, transparente, sem apresentar manchas ou irregularidades.	unidade	4.500
3	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO, em plástico, AZUL, grande, 36x13x25cm aprox.	unidade	800
4	TESOURA EM AÇO INOX 16CM PONTA REDONDA	unidade	250
5	ALMOFADAS DE CARIMBO Nº 03, entintada, cor AZUL. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega.	unidade	4.500
6	tinta para carimbo 40ml. Composição da tinta: Água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos. - Ideal para reativar almofadas de carimbo. COR AZUL. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega.	unidade	1.500
7	molha dedos pasta 12g, Composição: ácido graxo e glicóis. - Não tóxico, Validade mínima de 11 meses a partir da entrega.	unidade	500
8	Cola branca não tóxica, para colagem de papel/cartolina, fornecidas em embalagem com tampa rosqueada, contendo 40 g., selo do INMETRO. Validade mínima de 17 meses a partir da data de entrega.	unidade	3.000
9	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX-5637FR e ML3710ND. Ref. MLT-D205E, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não	unidade	50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

	remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.		
10	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX-4833FD. Ref. MLT-D205L, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50
11	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SL-M4070FR. Ref. MLT-D203U, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50
12	TONER PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL OKIDATA ES4172LP MFP. Cor preta. Capacidade de impressão de 10.000 páginas. Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50
13	TONER PARA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO M428FDW - ORIGINAL HP - CF258X - COR PRETA - PARA 10000 PÁGINAS, Validade mínima de 11 meses a partir da entrega	unidade	50
14	sacos de lixo preto em plástico polietileno reciclado, rolo com 30 sacos de 30l	unidade	10.000
15	sacos de lixo preto em plástico polietileno reciclado, rolo com 30 sacos de 100l	unidade	3.000
16	sacos de lixo preto em plástico polietileno reciclado, sacos 200l	unidade	10.000
17	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, corpo sextavado, mínimo de 11 cm de tinta, caixa com dados de identificação do produto e número de telefone para atendimento ao consumidor. Validade mínima de 11	unidade	28.000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

	meses a partir da entrega. <u>Vide OBS. 1 abaixo.</u>		
18	papel A4 reciclado COR BEGE 75G/M ² não clorado , 210 X 297 mm, duas faces lisas, para impressora a laser e jato de tinta/máquinas copiadoras, composto de no mínimo 70% de aparas pré-consumo, acondicionado em resmas. Embalagem em papel plastificado biodegradável resistente à umidade. A resma deverá conter medidas aproximadas de 30 X 21 X 5 cm, com variação de até 5% nessas medidas. Marca do fabricante e identificação do produto impressa na caixa/embalagem.	resma	1.000
19	ÁLCOOL etílico hidratado, em GEL, neutro. Produto em frascos de 500ml, indicando registro do item no Ministério da Saúde e número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC). Acondicionamento obrigatório em caixas de papelão, contendo identificação do fabricante. Validade mínima de 11 meses a partir da data de entrega	frasco	8.500
20	lenços umedecidos c/400 unid, elaborado com ingredientes não-alcoólicos, em tecido não tecido (TNT), na cor branca, com dimensões de 20 cm x 12cm, fragrância suave, dermatologicamente testado. Registro obrigatório no Ministério da Saúde. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega.	pote	8.500
21	copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos) na cor transparente ou branca, embalado em plástico lacrado com 100 unidades cada, acondicionado em caixa original do fabricante contendo 25 centos. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega.	cento	2.000
22	PAPEL TOALHA EM BOBINA, 100% fibra celulósica natural virgem, extra branco, gofrado, gramatura de 28g/m ² , dimensões mínimas: 20cm x 200m.	rolo	17.000
23	sabonete 10g em barra hidratante, embalados a cada 100 unidades, do tipo pousada, aroma erva doce. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega.	unidade	17.000
24	sacolas plásticas reciclada, 60 x 80cm aproximadamente, RESISTENTE E REFORÇADA, tipo	kg	600



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

	alça camiseta na cor branca, com espessura mínima de 10 micras por parede. Capacidade 20kg.		

OBS. 1) As canetas esferográficas da marca BIC Cristal, Faber Castell e Compactor Economic já foram testadas/aprovadas para uso no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

2. No caso da oferta de canetas esferográficas de marca diferente das já aprovadas pelo TRE/AL, fica esclarecido que a empresa licitante deverá encaminhar, no ato do pregão, por meio de anexo solicitado pelo pregoeiro, Laudo/Relatório de Análise Técnica expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), que comprove a boa qualidade e o bom desempenho das canetas esferográficas quando empregados no fim a que se destinam.

2.1. A justificativa da exigência do referido Laudo/Relatório de Análise Técnica encontra-se nos inúmeros problemas enfrentados pelo TRE/AL nas aquisições deste objeto em licitações anteriores.

2.2. O Laudo/Relatório deverá possuir data de emissão não superior a 180 dias da data da realização do pregão.

2.2.1. O referido Laudo/Relatório deverá conter no mínimo o seguinte:

- Dados sobre a embalagem do produto.
- Informação do lote de fabricação e o prazo de validade.
- Informação da marca, modelo do material testado.
- Estado do produto antes e depois dos testes, isto é, se as canetas esferográficas estão em boas condições, não apresentaram falhas consideráveis de escrita e se não apresentaram rachaduras no corpo plástico.
- Relatos sobre a ocorrência ou não de vazamentos ou acúmulo de tinta na ponta da caneta durante os testes.
- Data de recebimento da amostra, data de início e de conclusão do teste.
- A metodologia adotada e os equipamentos e insumos utilizados.
- As condições ambientais do laboratório durante a execução dos testes.
- Metragem de escrita produzida durante os testes.
- Conclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Os itens serão disponibilizados aos cartórios eleitorais para organização e também distribuição nas seções eleitorais para uso no dia das eleições.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A gestão e fiscalização serão exercidas por servidores da seção de almoxarifado previamente designados por portaria.
- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 10 de janeiro de 2010, especificamente ao art. 5º, III: que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.3. Considerando que o consumo de produtos eletrônicos e sua rápida obsolescência tem gerado um alto volume de resíduos eletrônicos e seu descarte incorreto gera impactos negativos ao meio ambiente e a saúde humana, é dever da Administração Pública demandar maior cuidado com o manejo desses resíduos, sendo a separação para coleta o instrumento mais efetivo capaz de evitar prejuízos maiores. Ainda, os resíduos eletrônicos são considerados de coleta obrigatória. Assim, no intuito de evitar o descarte inadequado destes materiais, quando se apresentarem inservíveis para a administração pública, a secretaria do TRE/AL, através das unidades competentes, poderá promover constantes ações educativas e ainda ações efetivas de coleta dos itens em todas as unidades eleitorais e destiná-los ao descarte correto.
- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.5. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A CONTRATADA deverá fornecer o produto objeto da aquisição e executar o contrato em absoluta conformidade com as disposições do edital de licitação, termos e anexos respectivos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 5.2. O fornecedor deverá entregar o quantitativo no prazo de 30 dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 5.3. Local de entrega: sede do almoxarifado do órgão, situado no ANEXO DE APOIO OPERACIONAL DO TRE/AL, à Rua Coronel Pedro Lima, 230. Bairro Jaraguá, CEP: 57022-220 , Maceió/AL.
- 5.3.1 - Apresentar pessoal devidamente trajado com camiseta e crachá de identificação.
- 5.4 - Horário de recebimento de materiais no almoxarifado do TRE: impreterivelmente no horário das 08h às 15h, das segundas às quintas-feiras e das 08h às 13h às sextas-feiras.
- 5.5 - Não há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para recebimento da solução a ser contratada.
- 5.6 - No valor proposto estarão inclusos todos os encargos, tributos, incidentes na contratação, além de eventuais despesas de frete, esta última em hipótese alguma poderá ser destacada quando da emissão da nota fiscal/fatura.
- 5.6.1 - Quando do pagamento da nota fiscal, deverão ser observadas as prescrições da IN n° 03/2022/TRE/AL
- 5.7 - O material será analisado em até 3 (três) dias úteis após a entrega dos itens e da nota fiscal. Constatada a adequação às exigências deste Tribunal, o material será recebido definitivamente.
- 5.7.1 - A contratada deverá substituir, às suas expensas, as divergências eventualmente encontradas, no prazo máximo de 10 dias.
- 5.8 - O material/produto deverá obrigatoriamente estar acondicionado em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.
- 5.9 - As embalagens deverão conter todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes. Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:
- 5.9.1 - especificações do material, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.
- 5.9.2 – registro no órgão competente, devidamente atualizado.
- 5.9.3 – registro no Ministério da Saúde.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 5.9.4 – número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).
- 5.10 - As embalagens dos materiais/produtos deverão estar de acordo com a legislação vigente.
- 5.11 - A contratada deverá indicar endereço eletrônico (*email*) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pelo TRE/AL. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas sempre por escrito, por e-mail ou *whatsapp* funcional das unidades envolvidas a serem disponibilizados quando da ocorrência da contratação.
- 5.12 - Serão considerados válidos todos os expedientes enviados por email ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, inclusive as Notas de Empenho. Decorridos 2 (dois) dias úteis após o envio de notificações por e-mail, inclusive a Nota de Empenho, sem que seja acusado o recebimento pela contratada, a notificação será dada como efetivamente recebida pela mesma.
- 5.12.1 - A contratada será obrigada a corrigir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem faltas ou incorreções resultantes de sua execução. .
- 5.13 - Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 5.14 - O consumo de produtos eletrônicos e sua rápida obsolescência tem gerado um alto volume de resíduos eletrônicos e seu descarte incorreto gera impactos negativos ao meio ambiente e a saúde humana, é dever da Administração Pública demandar maior cuidado com o manejo desses resíduos, sendo a separação para coleta o instrumento mais efetivo capaz de evitar prejuízos maiores. Ainda, os resíduos eletrônicos são considerados de coleta obrigatória. Assim, no intuito de evitar o descarte inadequado destes materiais, quando se apresentarem inservíveis para a administração pública, a secretaria do TRE/AL, através das unidades competentes, deverá promover constantes ações educativas de conscientização do correto descarte e ainda promover ações efetivas de coleta dos itens em todas as unidades eleitorais e destiná-los ao descarte correto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. A empresa deve indicar, em até 02 (dois) dias úteis, seu representante, através de competente mandato, para execução do objeto da contratação.
- 6.4. Deve ser indicado outro representante, em igual prazo de 02 (dois) dias úteis, na hipótese do contratante utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a substituição do representante anterior.
- 6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6. Os esclarecimentos solicitados pelo gestor de contrato deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo, de acordo com o nível de complexidade de cada caso.
- 6.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá, se achar necessário, realizar reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.9. A fiscalização será exercida no interesse do TRE-AL, a qual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ele causados, por culpa ou dolo, ao TRE-AL, ou a terceiros.
- 6.10. A gestão do contrato será realizada por comissão designada pela Portaria da Presidência do TRE-AL nº 279/2023, a qual coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

contrato, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.11. A comissão gestora da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.12. A comissão gestora da contratação rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer aos dispositivos deste Termo de Referência, da respectiva Proposta e da Nota de Empenho.
- 6.13. A comissão gestora da contratação emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.14. A comissão gestora da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.15. A comissão gestora da contratação deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável da Seção de Almojarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e ANEXOS e na proposta, devendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 3 (três) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.10.1. o prazo de validade;
 - 7.10.2. a data da emissão;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.
- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.8. O TRE poderá aplicar as seguintes sanções administrativas, caso necessário:
- a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
 - b) multa de 1% (um por cento), ao dia, incidente sobre o valor total do contrato em razão de atraso no cumprimento do objeto ou na correção de irregularidade;
 - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do contrato, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando a inexecução contratual causar transtornos à realização das eleições para o qual foi contratado.
- f) As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” poderão, conforme o caso, ser impostas cumulativamente com as de multa.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.
- 8.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme as especificações constantes nos itens do contrato e do Edital.
- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos solicitados no edital de licitação.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

- 9.1. O custo estimado total da contratação será determinado pela Secretaria de Administração, após pesquisa de preços pela unidade competente.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos cuja classificação ficará a cargo da Secretaria de Administração, por sua unidade específica.



to assinado eletronicamente por **LUCIANA WANDER DE OLIVEIRA MELO**, **Chefe de Seção**, em 25/04/2024, às 03:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



mento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CARLOS LIMA CAVALCANTE**, **Técnico Judiciário**, em 25/04/2024, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO I-A

ESPECIFICAÇÃO DE ITENS E LOTES E VALORES ESTIMADOS

Lote	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	1	fitas adesivas largas para empacotamento em papel crepado, medindo 50 mm X 50 m, com adesivo à base de resina e borracha. Marca, procedência e validade impressas no corpo ou embalagem do produto. Marca impressa do fabricante. Validade mínima de 17 meses a partir da data de entrega.	unidade	3.500	R\$ 9,25	R\$ 32.375,00
	2	RÉGUA em poliestireno 20cm, transparente, sem apresentar manchas ou irregularidades.	unidade	4.500	R\$ 1,12	R\$ 5.040,00
	3	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO, em plástico, AZUL, grande, 36x13x25cm aprox	unidade	800	R\$ 6,45	R\$ 5.160,00
	4	TESOURA EM AÇO INOX 16CM PONTA REDONDA	unidade	150	R\$ 5,18	R\$ 777,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 43.352,00
2	5	ALMOFADAS DE CARIMBO Nº 03, entintada, cor AZUL	unidade	4.500	R\$ 6,05	R\$ 27.225,00
	6	tinta para carimbo 40ml. Composição da tinta: Água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos. - Ideal para reativar almofadas de carimbo. COR AZUL.	unidade	1.500	R\$ 5,01	R\$ 7.515,00
	7	molha dedos pasta 12g, Composição: ácido graxo e glicóis. - Não tóxico	unidade	500	R\$ 3,43	R\$ 1.715,00
	8	Cola branca não tóxica, para colagem de papel/cartolina, fornecidas em embalagem com tampa rosqueada, contendo 40 g., selo do INMETRO. Validade mínima de 17 meses a partir da data de entrega.	unidade	3.000	R\$ 0,87	R\$ 2.610,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 39.065,00
3	9	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX-5637FR e ML3710ND. Ref. MLT-D205E, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50	R\$ 87,62	R\$ 4.381,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

	10	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX-4833FD. Ref. MLT-D205L, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50	R\$ 68,75	R\$ 3.437,50
	11	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SL-M4070FR. Ref. MLT-D203U, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50	R\$ 74,75	R\$ 3.737,50
TOTAL DO LOTE						R\$ 11.556,00
	12	TONER PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL OKIDATA ES4172LP MFP. Cor preta. Capacidade de impressão de 10.000 páginas. Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade	50	R\$ 81,22	R\$ 4.061,00
4	13	TONER PARA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO M428FDW - ORIGINAL HP - CF258X - COR PRETA - PARA 10000 PÁGINAS	unidade	50	R\$ 362,67	R\$ 18.133,50
TOTAL DO LOTE						R\$ 22.194,50
	14	sacos de lixo preto em pl3033astico polietileno reciclado, rolo com 30 sacos de 30l	unidade	10.000	R\$ 6,94	R\$ 69.400,00
5	15	sacos de lixo preto em plastico polietileno reciclado, rolo com 30 sacos de 100l	unidade	3.000	R\$ 11,08	R\$ 33.240,00
	16	sacos de lixo preto em plastico polietileno reciclado, sacos 200l	unidade	10.000	R\$ 1,01	R\$ 10.100,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 112.740,00
	17	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, corpo sextavado, mínimo de 11 cm de tinta, caixa com dados de identificação do produto e número de telefone para atendimento ao consumidor. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega. <u>Vide OBS. 1 abaixo.</u>	unidade	28.000	R\$ 0,65	R\$ 18.200,00
6	18	papel A4 reciclado COR BEGE 75G/M ² não	resma	1.000	R\$ 33,16	R\$ 33.160,00
7						



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

		clorado , 210 X 297 mm, duas faces lisas, para impressora a laser e jato de tinta/máquinas copiadoras, composto de no mínimo 70% de aparas pré-consumo, acondicionado em resmas. Embalagem em papel plastificado biodegradável resistente à umidade. A resma deverá conter medidas aproximadas de 30 X 21 X 5 cm, com variação de até 5% nessas medidas. Marca do fabricante e identificação do produto impressa na caixa/embalagem.				
8	19	ÁLCOOL etílico hidratado, em GEL, neutro. Produto em frascos de 500ml, indicando registro do item no Ministério da Saúde e número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC). Acondicionamento obrigatório em caixas de papelão, contendo identificação do fabricante. Validade mínima de 11 meses a partir da data de entrega	frasco	8.500	R\$ 6,60	R\$ 56.100,00
9	20	lenços umedecidos c/100 unid, elaborado com ingredientes não-alcoólicos, em tecido não tecido (TNT), na cor branca, com dimensões de 20 cm x 12cm, fragrância suave, dermatologicamente testado. Registro obrigatório no Ministério da Saúde.	pote	8.500	R\$ 7,04	R\$ 59.840,00
10	21	copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos) na cor transparente ou branca, embalado em plástico lacrado com 100 unidades cada, acondicionado em caixa original do fabricante contendo 25 centos.	cento	2.000	R\$ 5,02	R\$ 10.040,00
11	22	PAPEL TOALHA EM BOBINA, 100% fibra celulósica natural virgem, extra branco, gofrado, gramatura de 28g/m², dimensões mínimas: 20cm x 200m.	rolo	4.000	R\$ 14,56	R\$ 58.240,00
12	23	sabonete 10g em barra hidratante, embalados a cada 100 unidades, do tipo pousada, aroma erva doce.	unidade	4.000	R\$ 0,55	R\$ 2.200,00
13	24	sacolas plásticas reciclada, 60 x 80cm aproximadamente, RESISTENTE E REFORÇADA, tipo alça camiseta na cor branca, com espessura mínima de 10 micras por parede. Capacidade 20kg.	kg	600	R\$ 20,37	R\$ 12.222,00
TOTAL GLOBAL					R\$ 478.909,50	

- OBS. 1) As canetas esferográficas da marca BIC Cristal, Faber Castell e Compactor Economic já foram testadas/aprovadas para uso no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
2. No caso da oferta de canetas esferográficas de marca diferente das já aprovadas pelo TRE/AL, fica esclarecido que a empresa licitante deverá encaminhar, no ato do pregão, **por meio de anexo solicitado pelo pregoeiro**, Laudo/Relatório de Análise Técnica expedido por laboratório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), que comprove a boa qualidade e o bom desempenho das canetas esferográficas quando empregados no fim a que se destinam.

- 2.1. A justificativa da exigência do referido Laudo/Relatório de Análise Técnica encontra-se nos inúmeros problemas enfrentados pelo TRE/AL nas aquisições deste objeto em licitações anteriores.
- 2.2. O Laudo/Relatório deverá possuir data de emissão não superior a 180 dias da data da realização do pregão.
 - 2.2.1. O referido Laudo/Relatório deverá conter no mínimo o seguinte:
 - Dados sobre a embalagem do produto.
 - Informação do lote de fabricação e o prazo de validade.
 - Informação da marca, modelo do material testado.
 - Estado do produto antes e depois dos testes, isto é, se as canetas esferográficas estão em boas condições, não apresentaram falhas consideráveis de escrita e se não apresentaram rachaduras no corpo plástico.
 - Relatos sobre a ocorrência ou não de vazamentos ou acúmulo de tinta na ponta da caneta durante os testes.
 - Data de recebimento da amostra, data de início e de conclusão do teste.
 - A metodologia adotada e os equipamentos e insumos utilizados.
 - As condições ambientais do laboratório durante a execução dos testes.
 - Metragem de escrita produzida durante os testes.
 - Conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA WANDER DE OLIVEIRA MELO, Chefe de Seção**, em 22/05/2024, às 22:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Os materiais listados são parte indispensável nas atividades do processo eleitoral, no processo de organização das seções eleitorais e locais de votação, não só necessário para o bom desempenho nas atividades de votação eletrônica, como também garantindo o exercício da democracia e o interesse público.

1. Aquisição de Material de Expediente: canetas azuis (28.000 unidades), fitas adesivas largas (3.500 unidades), régua 20cm (4.500 unidades), papel A4 reciclado (1.000 resmas), almofada entintada (4.500 unidades), tinta para carimbo 40ml (1.500 unidades), molha dedos pasta 12g (500 unidades), Cola branca 40g (3000 unidades), CAIXA PARA ARQUIVO MORTO (800 unidades), tesoura em aço 16cm (250 unid).

2. Aquisição de Material de Proteção e Segurança: Álcool em gel 500ml (8.500 unidades), lenços umedecidos c/500 (8.500 unidades)

3. Aquisição de Material de Consumo de TIC: Toners 250 unid. sendo 50 de cada dos modelos SAMSUNG SCX 5637 D205E (50 unidades), SCX 4833 D205L (50 unidades) e D203U (50 unidades), OKIDATA ES4172 (50 unidades), toner HP M428FDW - CF258X (50 unidades).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4. Aquisição de Material de Copa e Cozinha: copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos); papel toalha rolo (17.000 unidades) e sabonete 10g em barra (17.000 unidades) para higiene nos banheiros/seções dos locais de votação.

5. Aquisição de Material de Acondicionamento e Embalagens: sacolas plásticas 600kg (envio de materiais às seções eleitorais), sacos de lixo 30l (coleta resíduos seções eleitorais - 10.000 sacos), sacos de lixo de 100l (coleta resíduos locais de votação interior - 3000 sacos), eleitorais, sacos de lixo 200l p/ coletas resíduos plásticos locais de votação capital (10.000 sacos).

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no PAC - PLEITOS 2024 - Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais 2024

SEALMOX ADICIONAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE 33.90.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE 33.90.30.16.0007 - MATERIAL DE EXPEDIENTE 125.000,00

SEALMOX ADICIONAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE 33.90.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM 33.90.30.19.0009 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM 55.000,00

SEALMOX ADICIONAL DE MATERIAIS DE CONSUMO DE TIC 33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO) 33.90.30.17.0001 - MATERIAIS DE CONSUMO DE TIC 20.000,00

SEALMOX ADICIONAL DE MATERIAIS PARA SERVIÇOS AUXILIARES 33.90.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA 33.90.30.21.0010 - MATERIAL DE COPA E COZINHA 19.285,00

SEALMOX ADICIONAL DE MATERIAIS PARA SERVIÇOS AUXILIARES 33.90.30.28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA 33.90.30.28.0016 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA 220.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de proposta de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço, por item, por aquisição imediata. Esta contratação está em consonância com o Plano Anual de Contratações - Ação Pleitos Eleitorais 2024 - do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

A CONTRATADA deverá fornecer os produtos objetos da aquisição, com respeito às características detalhadas no termo de referência, termos editalícios e anexos e demais condições apresentadas.

3.1 Objeto: Aquisição de material de expediente, Material de Proteção e Segurança, Material de Consumo de TIC, Material de Copa e Cozinha e Material de Acondicionamento e Embalagens para atender as necessidades das seções eleitorais e locais de votação.

3.2 Prazo de entrega: 30 dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

3.3 Local de entrega: sede do almoxarifado do órgão, à Rua Coronel Pedro Lima, 230. Bairro Jaraguá, CEP: 57022-220 , Maceió/AL.

3.4 Horário de entrega: impreterivelmente no horário das 08h às 17h, das segundas às quintas-feiras e das 08h às 15h às sextas-feiras.

3.5 Não há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para recebimento da solução a ser contratada.

3.6 As despesas com frete serão de responsabilidade da empresa contratada e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

3.7 O material será analisado em até 3 (três) dias úteis após a entrega dos itens e da nota fiscal. Constatada a adequação às exigências deste Tribunal, o material será recebido definitivamente.

3.7.1 - A contratada deverá substituir, às suas expensas, as divergências eventualmente encontradas, no prazo máximo de 10 dias corridos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

3.8 O material/produto deverá obrigatoriamente estar acondicionado em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.

3.9 As embalagens deverão conter todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.

3.9.1 – Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:

3.9.1.1 – especificações do material, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.

3.9.1.2 – registro no órgão competente, devidamente atualizado.

3.9.1.3 – registro no Ministério da Saúde.

3.9.1.4 – número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

3.10 As embalagens dos materiais/produtos deverão estar de acordo com a legislação vigente.

3.11 A contratada deverá indicar endereço eletrônico (*email*) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pelo TRE/AL. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas sempre por escrito, por e-mail ou *whatsapp* funcional das unidades envolvidas a serem disponibilizados quando da ocorrência da contratação.

3.12 Serão considerados válidos todos os expedientes enviados por email ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, inclusive as Notas de Empenho. Decorridos 2 (dois) dias úteis após o envio de notificações por e-mail, inclusive a Nota de Empenho, sem que seja acusado o recebimento pela contratada, a notificação será dada como efetivamente recebida pela mesma.

3.12.1 A contratada será obrigada a corrigir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem faltas ou incorreções resultantes de sua execução.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

3.12.2 No valor proposto estarão inclusos todos os encargos, tributos, incidentes na contratação além de eventuais despesas de frete.

3.12.3 Quando do pagamento da nota fiscal, deverão ser observadas as prescrições da IN n° 03/2022/TRE/AL.

3.13 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, quando da aquisição de bens, poderá ser exigido que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estimamos a aquisição das seguintes quantidades:

1. Aquisição de Material de Expediente: canetas azuis (28.000 unidades), fitas adesivas largas (3.500 unidades), régua 20cm (4.500 unidades), papel A4 reciclado (1.000 resmas), almofada entintada (4.500 unidades), tinta para carimbo 40ml (1.500 unidades), molha dedos (10.000 unidades), CAIXA PARA ARQUIVO MORTO, em plástico, AZUL, grande, 36x13x25cm aprox (800 unidades), tesoura em aço 16cm (250 unidades) .

BASE: SEÇÕES ELEITORAIS APROX. 7.000 (Para canetas, fitas adesivas, régua, almofada, molha dedos)

BASE: LOCAIS DE VOTAÇÃO (tinta para carimbo)

BASE: ELEIÇÃO 2022 (papel A4)

2. Aquisição de Material de Proteção e Segurança: Álcool em gel 500ml (8.500 unidades), lenços umedecidos c/500 (8.500 unidades). BASE: SEÇÕES ELEITORAIS.

3. Aquisição de Material de Consumo de TIC: Toners 250 unid. sendo 50 de cada dos modelos SAMSUNG SCX 5637 D205E (50 unidades), SCX



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4833 D205L (50 unidades) e D203U (50 unidades), OKIDATA ES4172 (50 unidades), toner HP M428FDW - CF258X (50 unidades). BASE: N° de Zonas eleitorais.

4. Aquisição de Material de Copa e Cozinha: copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos); papel toalha rolo (17.000 unidades) e sabonete 10g em barra (17.000 unidades) para higiene nos banheiros/seções dos locais de votação.

BASE: ELEIÇÃO 2022 (copos, papel toalha rolo, caixa arquivo morto, tesoura)

BASE: ELEIÇÃO 2022 (sabonete. Fora utilizado sabão em barra de 200g em 2022)

5. Aquisição de Material de Acondicionamento e Embalagens: sacolas plásticas 600kg (envio de materiais às seções eleitorais), sacos de lixo 30l (coleta resíduos seções eleitorais - 10.000 sacos), sacos de lixo de 100l (coleta resíduos locais de votação interior - 3000 sacos), eleitorais, sacos de lixo 200l p/ coletas resíduos plásticos locais de votação capital (10.000 sacos).

BASE: SEÇÕES ELEITORAIS (sacolas plásticas, sacos de lixo 30l)

BASE: LOCAIS DE VOTAÇÃO (sacos de lixo de 100l e sacos de lixo 200l).

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A unidade solicitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

Existe no mercado uma grande comercialização dos itens, podendo ser encontrado uma gama de ofertas que atendem aos requisitos estabelecidos apenas com uma única consulta no google, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação dentro dos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e adequação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Item	Especificação	Unidade de Medida	SISTEMA ASI ÚLTIMAS AQUISIÇÕES	VALOR ESTIMADO
1	canetas azuis (28.000 unidades)	unidade	0,62 última aquisição	17.360,00
2	fitas adesivas largas (3.500 unidades)	unidade	4,00 última aquisição	14.000,00
3	régua 20cm (4.500 unidades)	unidade	0,70 última aquisição	3.150,00
4	papel A4 reciclado (1.000 resmas)	resma	26,00 última aquisição	26.000,00
5	almofada entintada (4.500 unidades)	unidade	4,00 google	18.000,00
6	tinta para carimbo 40ml (1.500 unidades)	unidade	3,50 google	5.250,00
7	molha dedos (500 unidades)	unidade	2,90 google	1.450,00
8	cola branca 40g (3000 unidades)	unidade	3,00 google	9.000,00
9	Álcool em gel 500ml (8.500 unidades)	frasco	5,50 última aquisição	46.750,00
10	lenços umedecidos c/400 (8.500 unidades)	pote	9,00 google	76.500,00
11	TONER SAMSUNG SCX 5637 D205E (50 unidades)	unidade	53,00 última aquisição	2.650,00
12	TONER SAMSUNG SCX 4833 D205L (50 unidades)	unidade	50,00 última aquisição	2.500,00
13	TONER SAMSUNG ML4070 D203U (50 unidades)	unidade	52,00 última aquisição	2.600,00
14	TONER OKIDATA ES4172 (50 unidades)	unidade	72,00 última aquisição	3.600,00
15	TONER HP M428FDW -	unidade	306,00 última	15.300,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

	CF258X (50 unidades)		aquisição	
16	copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos)	cento	5,57 google	11.140,00
17	papel toalha rolo 200m (17.000 unidades)	rolo	8,00 google	136.000,00
18	sabonete 10g em barra (17.000 unidades)	unidade	0,30 google	5.100,00
19	sacolas plásticas 600kg	kg	15,00 google	9.000,00
20	sacos de lixo 30l (10.000 sacos)	unidade	0,30 google	3.000,00
21	sacos de lixo de 100l (3.000 sacos),	unidade	0,40 google	1.200,00
22	sacos de lixo 200l (10.000 sacos)	unidade	0,80 google	8.000,00
23	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO, em plástico, AZUL, grande, 36x13x25cm aprox. (800 unidades)	unidade	4,15 última aquisição	3.320,00
24	TESOURA EM AÇO INOX 16CM PONTA REDONDA (250 unidades)	unidade	4,00 última aquisição	1.000,00

TOTAL: R\$ 421.870,00

A estimativa constante do presente estudo é apenas um valor referencial para embasamento da escolha da solução, apurada por meio da pesquisa de mercado, sendo que a pesquisa de preços realizada pela seção competente é a que será divulgada no edital de licitação, por ser a oficial.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base no levantamento de mercado, a proposta de licitação para a aquisição do item, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço, por item, por aquisição imediata, se mostra a melhor solução a ser adotada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Verificamos existir no mercado uma grande comercialização do item. Apenas com uma única consulta no google podemos constatar uma gama de ofertas que atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a possibilitar alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação dentro dos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e adequação à contratação requerida.

As especificações técnicas, as quais constarão no Termo de Referência, serão as seguintes:

Item	Especificação	Unidade de Medida
1	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, corpo sextavado, mínimo de 11 cm de tinta, caixa com dados de identificação do produto e número de telefone para atendimento ao consumidor. Validade mínima de 11 meses a partir da entrega. <u>Vide condições no item 09 do Termo de Referência.</u>	unidade
2	fitas adesivas largas para empacotamento em papel crepado, medindo 50 mm X 50 m, com adesivo à base de resina e borracha. Marca, procedência e validade impressas no corpo ou embalagem do produto. Marca impressa do fabricante. Validade mínima de 17 meses a partir da data de entrega.	unidade
3	RÉGUA em poliestireno 20cm, transparente, sem apresentar manchas ou irregularidades.	unidade
4	papel A4 reciclado COR BEGE 75G/M ² não clorado , 210 X 297 mm, duas faces lisas, para impressora a laser e jato de tinta/máquinas copiadoras, composto de no mínimo 70% de aparas pré-consumo, acondicionado em resmas. Embalagem em papel plastificado biodegradável resistente à umidade. A resma deverá conter medidas aproximadas de 30 X 21 X 5 cm, com variação de até 5% nessas medidas. Marca do fabricante e identificação do produto impressa na caixa/embalagem.	resma
5	ALMOFADAS DE CARIMBO N° 03, entintada, cor AZUL	unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6	tinta para carimbo 40ml. Composição da <i>tinta</i> : Água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos. - Ideal para reativar almofadas de <i>carimbo</i> . COR AZUL.	unidade
7	molha dedos pasta 12g, Composição: ácido graxo e glicóis. - Não tóxico	unidade
8	Cola branca não tóxica, para colagem de papel/cartolina, fornecidas em embalagem com tampa rosqueada, contendo 40 g., selo do INMETRO. Validade mínima de 17 meses a partir da data de entrega.	unidade
9	ÁLCOOL etílico hidratado, em GEL, neutro. Produto em frascos de 500ml, indicando registro do item no Ministério da Saúde e número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC). Acondicionamento obrigatório em caixas de papelão, contendo identificação do fabricante. Validade mínima de 11 meses a partir da data de entrega	frasco
10	lenços umedecidos c/400 unid, elaborado com ingredientes não-alcoólicos, em tecido não tecido (TNT), na cor branca, com dimensões de 20 cm x 12cm, fragrância suave, dermatologicamente testado. Registro obrigatório no Ministério da Saúde.	pote
11	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX-5637FR e ML3710ND. Ref. MLT-D205E, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade
12	TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX-4833FD. Ref. MLT-D205L, cor preta, do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado). Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.	unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

13	<p>TONER PARA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SL-M4070FR. Ref. MLT-D203U, cor preta,</p> <p>do tipo original ou similar (não recondicionado e não remanufaturado).</p> <p>Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.</p>	unidade
14	<p>TONER PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL OKIDATA ES4172LP MFP. Cor preta. Capacidade de impressão de 10.000 páginas.</p> <p>Garantia/Validade mínima para todos os produtos: 11 meses a partir da entrega, prevalecendo a do fabricante, se maior.</p>	unidade
15	<p>TONER PARA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO M428FDW - ORIGINAL HP - CF258X - COR PRETA - PARA 10000 PÁGINAS</p>	unidade
16	<p>copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos) na cor transparente ou branca, embalado em plástico lacrado com 100 unidades cada, acondicionado em caixa original do fabricante contendo 25 centos.</p>	cento
17	<p>PAPEL TOALHA EM BOBINA, 100% fibra celulósica natural virgem, extra branco, gofrado, gramatura de 28g/m². dimensões mínimas: 20cm x 200m.</p>	rolo
18	<p>sabonete 10g em barra hidratante, embalados a cada 100 unidades, do tipo pousada, aroma erva doce.</p>	unidade
19	<p>sacolas plásticas reciclada, 60 x 80cm aproximadamente, RESISTENTE E REFORÇADA, tipo alça camiseta na cor branca. Medidas da sacola fechada 60cm x 80cm, com espessura mínima de 10 micras por parede. Verificar as condições no item 9.B, do Termo de Referência.</p>	kg
20	<p>sacos de lixo preto em plástico polietileno reciclado, rolo com 30 sacos de 30l</p>	unidade
21	<p>sacos de lixo preto em plástico polietileno reciclado, rolo</p>	unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

	com 30 sacos de 100l	
22	sacos de lixo preto em plástico polietileno reciclado, sacos 200l	unidade
23	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO, em plástico, AZUL, grande, 36x13x25cm aprox.	unidade
24	TESOURA EM AÇO INOX 16CM PONTA REDONDA	unidade

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não será necessário o parcelamento pois se trata de aquisição que se destina ao uso no dia das Eleições Municipais 2024 e segundo turno, se houver, e deve ser entregue na totalidade.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Trata-se de proposta de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço, por item, para aquisição imediata, seguindo as orientações contidas na Instrução Normativa 08/2023 TRE/AL.

A aquisição dos materiais listados é essencial pois os mesmos fazem parte indispensável nas atividades do processo eleitoral, no processo de organização das seções eleitorais e locais de votação, não só necessário para o bom desempenho nas atividades de votação eletrônica, como também garantindo o exercício da democracia e o interesse público.

1. Aquisição de Material de Expediente: canetas azuis (28.000 unidades), fitas adesivas largas (3.500 unidades), régua 20cm (4.500 unidades), papel A4 reciclado (1.000 resmas), almofada entintada (4.500 unidades), tinta para carimbo 40ml (1.500 unidades), molha dedos pasta 12g (500 unidades), Cola branca 40g (3000 unidades), CAIXA PARA ARQUIVO MORTO (800 unidades), tesoura em aço 16cm (250 unid).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

2. Aquisição de Material de Proteção e Segurança: Álcool em gel 500ml (8.500 unidades), lenços umedecidos c/500 (8.500 unidades)

3. Aquisição de Material de Consumo de TIC: Toners 250 unid. sendo 50 de cada dos modelos SAMSUNG SCX 5637 D205E (50 unidades), SCX 4833 D205L (50 unidades) e D203U (50 unidades), OKIDATA ES4172 (50 unidades), toner HP M428FDW - CF258X (50 unidades).

4. Aquisição de Material de Copa e Cozinha: copos plásticos descartáveis 200ml (2.000 centos); papel toalha rolo (17.000 unidades) e sabonete 10g em barra (17.000 unidades) para higiene nos banheiros/seções dos locais de votação.

5. Aquisição de Material de Acondicionamento e Embalagens: sacolas plásticas 600kg (envio de materiais às seções eleitorais), sacos de lixo 30l (coleta resíduos seções eleitorais - 10.000 sacos), sacos de lixo de 100l (coleta resíduos locais de votação interior - 3000 sacos), eleitorais, sacos de lixo 200l p/ coletas resíduos plásticos locais de votação capital (10.000 sacos).

O quantitativo será adquirido e distribuído na totalidade, levando em consideração o número de locais de votação e de seções da zona eleitoral.

Ressalte-se que esta proposta de modalidade de aquisição sempre foi utilizada em pleitos passados e se mostrou vantajoso, econômico e eficaz.

Respaldados na máxima de que a administração pública, na aquisição e contratação de bens, tem o dever, com previsão legal expressa, de sempre buscar as propostas mais vantajosas e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e que faz isto por meio de um procedimento administrativo prévio à contratação, qual seja, licitação, apresentamos o presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Capacitar sistematicamente os servidores envolvidos nas contratações públicas, assim como os gestores e fiscais das contratações, atualizando os conhecimentos pertinentes à Nova LLC e às atividades de compras, fiscalização e gestão contratuais.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

O êxito de cada uma das contratações públicas depende muito do compromisso de cada unidade participante do processo, como também da responsabilidade da administração pública em capacitar e valorizar seus servidores.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto desta contratação.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, quando da aquisição de bens em geral, poderá ser exigido que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

12.2 Considerando que o consumo de produtos eletrônicos e sua rápida obsolescência tem gerado um alto volume de resíduos eletrônicos e seu descarte incorreto gera impactos negativos ao meio ambiente e a saúde humana, é dever da Administração Pública demandar maior cuidado com o manejo desses resíduos, sendo a separação para coleta o instrumento mais efetivo capaz de evitar prejuízos maiores. Ainda, os resíduos eletrônicos são considerados de coleta obrigatória. Assim, no intuito de evitar o descarte inadequado destes materiais, quando se apresentarem inservíveis para a administração pública, a secretaria do TRE/AL, através das unidades competentes, poderá promover constantes ações educativas e ainda ações efetivas de coleta dos itens em todas as unidades eleitorais e destiná-los ao descarte correto.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Após consulta no mercado concluímos que os objetos de contratação que originaram este ETP, são facilmente encontrados e distribuídos por potenciais fornecedores. Ainda, são itens que já foram adquiridos por este Regional em outros pleitos e vários fornecedores apresentaram suas propostas.

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

Maceió, AL, 16 de março de 2024.

Luciana Wander de Oliveira Melo

Chefe da Seção de Almoxarifado

Antônio Carlos Lima Cavalcante

Assistente I - Seção de Almoxarifado



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA WANDER DE OLIVEIRA MELO, Chefe de Seção**, em 25/04/2024, às 03:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CARLOS LIMA CAVALCANTE, Técnico Judiciário**, em 25/04/2024, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO III

PLANILHA DE DADOS PARA CONTRATAÇÃO

Dados da Empresa:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
<i>E-mail</i>	
<i>Site internet</i>	

Dados do Representante da Empresa:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
<i>E-mail</i>	
Cart. de Identidade	
Orgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
<i>E-mail</i>	

Empresa optante pelo SIMPLES? () Sim () Não